Revisão integrativa dos estudos doutorais sobre a política de educação especial no brasil no período de 2008 a 2016

Integrational review of doctoral studies on the policy of special education in brazil in the period 2008 to 2016

Priscila de Sousa Barbosa Castelo Branco1*

Resumo: Para aprofundamento do estudo da educação especial, mais precisamente no Brasil, é importante se debruçar não apenas na composição didática e nas especificidades metodológicas para na execução das atividades dos alunos, visto que para se olhar o contexto da prática, é necessário se perceber como os princípios de uma pedagogia voltada para o atendimento das especificidades educacionais tem se organizado e, quais as questões cíclicas estão envolvidas para se perceber que a ação pedagógica está implícita. Para aprofundamento da *policy cycle approach* de Ball e Bowe (1992) e Ball (1994), desenvolveu-se uma revisão integrativa na busca pelo estado da arte dos estudos sobre a política de educação especial no Brasil - 2008 a 2016. Realizou-se levantamento no Portal RCAAP, encontrando-se 16 estudos de tese de doutoramento ao indicar os marcadores "política", "educação especial" e "educação básica". Apontou-se que a pesquisa deveria discutir o contexto da prática nos municípios brasileiros. Demonstrou-se a necessidade no aprofundamento dos estudos sobre a *policy cycle approach* e das arenas dessa pedagogia inclusiva e invisível.

Palavras-chave: Política Educacional. P*olicy cycle approach*. Educação Especial.

* Mestre em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Brasil, priscila.sousa.barbosa@hotmail.com

Introdução

O levantamento bibliográfico de uma investigação doutoral deve levar em conta o estado da arte da temática a ser estudada. Para o estudo da *policy cycle approach* de Ball e Bowe (1992) ampliado por Ball (1994) é necessário, encarar o debate da natureza complexa e controversa da política educacional, buscando os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que estão nas arenas cotidianas.

Ball & Bowe (1992) chamam as políticas de "intervenções textuais" que são sobrepostas as limitações materiais e possibilidades, já que geram respostas com consequências reais explícitas no contexto da prática.

Esse contexto faz com as políticas sejam "implementadas", mas não de forma simplificadas, pois cada texto e influência podem ser recriados na prática, de acordo com as interpretações já que as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses divergem para cada grupo.

Ball e Bowe (1992, p.22) afirmam, por exemplo, que os profissionais da escola não são leitores ingênuos e que os "políticos não podem controlar os significados de seus textos". Trechos que para os políticos eram essenciais na prática podem ser descartados e partes consideradas importantes ser "rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal-entendidas, réplicas podem ser superficiais etc.". Os autores indicam algo muito peculiar, que a "interpretação é uma questão de disputa", sendo assim, pode haver contestações em que, "uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes".

A política de educação especial brasileira busca uma perspectiva inclusiva que define a si mesma como aquela que visa a "educação para todos", ao se questionar essa perspectiva inclusiva que a política diz ter, faz-se necessário olhar para um dos contextos em que ela se constitui, neste caso o contexto da prática.

Para isto, realizou-se inicialmente um levantamento do estado da arte das teses produzidas sobre a política. A opção pelo recorte do período compreendido entre 2008 a 2016 deu-se por conta do período de análise da investigação doutoral.

Optou-se como método de investigação por uma revisão integrativa dos estudos sobre a política de educação especial no Brasil - 2008 a 2016, que proporcionou uma síntese de conhecimento e incorporação da aplicabilidade de resultados significativos na prática.

Com o levantamento foi possível encontrar no período de 2008 a 2016, 208 teses disponíveis. Utilizando-se os marcadores "política" "educação especial" "educação básica" e que a pesquisa tenha se efetivado a partir do estudo do contexto da prática nos municípios brasileiros.

1. Estado da arte dos estudos sobre a política de educação especial no Brasil - 2008 a 2016

A partir de um levantamento no portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal- portal RCAAP foi possível encontrar no período de 2008 a 2016, 208 teses disponíveis. Utilizando-se os marcadores "política" "educação especial" "educação básica" e que a pesquisa tenha se efetivado a partir do estudo do contexto da prática nos municípios brasileiros.

O portal tem como objetivo a recolha, agregação e indexação dos conteúdos científicos em acesso aberto (ou acesso livre) existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior, e outras organizações de I&D (Portal RCAAP, 2017).

O portal RCAAP se constitui como um ponto único de pesquisa, descoberta, localização e acesso a milhares de documentos de carácter científico e académico, nomeadamente artigos de revistas científicas, comunicações a conferências, teses e dissertações, distribuídos por inúmeros repositórios portugueses. A lista dos repositórios agregados no portal pode ser consultada no Diretório D (Portal RCAAP, 2017).

É um dos componentes principais do projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, sendo uma iniciativa da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP concretizada pela FCCN - Fundação para a Computação Científica

Nacional, disponibilizando mais um serviço avançado sobre a rede nacional de investigação e ensino, a Rede Ciência, tecnologia e Sociedade, RCTS, gerida pela FCCN. O projeto é financiado pelo POS_C - Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e pela UMIC D (Portal RCAAP, 2017).

A opção pelo recorte do período compreendido entre 2008 a 2016 deu-se por conta do período de análise da investigação doutoral. Com ajuda do portal RCAAP encontrou-se 16 estudos de tese de doutoramento realizados no período de 2008 a 2014. Apesar da opção pelo recorte de 2008 a 2016, não foi possível encontrar estudos no nível de teses de doutoramento nos anos de 2015 e 2016 utilizando os marcadores escolhidos até aqui neste relatório de investigação doutoral, por isso esse levantamento se ampliará com a construção da escrita da tese.

O perfil das pesquisas aponta trajetórias de investigação que se correlacionam a arena de atuação do desenvolvimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, já que a política organiza três eixos estratégicos de atuação: institucionalização, financiamento e a orientações das práticas pedagógicas inclusivas, destacando desde sua implantação até a implementação, enfatizando as ações nos munícipios brasileiros (BRASIL, 2008).

Com ajuda do Portal encontraram-se 16 estudos de tese de doutoramento realizados no período de 2008 a 2014. Apesar da opção pelo recorte de 2008 a 2016. Os achados do levantamento às pesquisas de Perez (2008), Carvalho (2008), Sousa (2008), Lima (2009), Oliveira (2009), Neres (2010), Santos (2012), Corrêa (2012), Barbosa (2012), Madureira (2012), Carniel (2013), Siems-Marcondes (2013), Machado (2013), Ropoli (2014), Viegas (2014), Lago (2014), Lago (2014).

1.1 Estudos sobre a política de educação especial em atuação na educação básica brasileira

No ano da implementação Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o trabalho de Perez (2008) tratou sobre os avanços e limitações encontrados para a escolarização de crianças e jovens com necessidades especiais na rede estadual de ensino de São Paulo, nos anos de 2002 a 2008 e discutiu sobre as possibilidades e desafios para a condução de ações da modalidade de ensino Educação Especial, sob a perspectiva da política educacional denominada inclusiva.

Já Carvalho (2008) realizou um estudo de caso em um município paulista sobre a escolarização inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais, com vistas a avaliar como a política de educação inclusiva instituída pelo Governo do Estado, na Res. SE nº 95/00. Descreveu o desempenho acadêmico e o espaço social ocupado por alunos que frequentavam classes do ensino comum concomitante às salas de recurso e versou sobre a atitude social dos professores em relação à inclusão e a percepção desses profissionais sobre seus alunos nos aspectos acadêmicos e interpessoais. Como resultados, encontrou que o aumento tanto do número de alunos encaminhados para a escola especial quanto para o número de alunos com atendimento concomitante em sala de ensino comum e sala de recurso que dobram nos cinco anos posteriores à Resolução SE/SP nº 95/00.

Sousa (2008) com uma pesquisa de campo de caráter analítico-crítico, analisou as expectativas manifestadas pelos professores da sala comum e do atendimento educacional especializado da rede pública municipal de Uberlândia/MG que possuem alunos com deficiência mental (DM), em relação à aprendizagem do saber escolar e à inclusão desses alunos na escola regular. Encontrou que a expectativa dos professores é que os alunos com deficiência mental se socializem e também aprendam o saber escolar; os professores concordam que esses educandos sejam incluídos na sala comum desde que haja tanto mudanças estruturais e econômicas quanto de natureza comportamental, especialmente políticas.

Lima (2009) tratou sobre a terminalidade específica e expectativas familiares sobre a escolarização da pessoa com deficiência intelectual. Para isso, analisou a coerência entre a finalidade legal da escolarização da pessoa com deficiência intelectual e os sentidos

atribuídos pela família a essa escolarização na classe comum da escola regular. A autora concluiu que, apesar dos avanços, a escolarização da pessoa com deficiência intelectual deve ser repensada, tendo em vista outro modelo de escola. Afirma que o processo da terminalidade específica deve ser profundamente debatida, como instrumento legal, não está de acordo com a expectativa das famílias e apresenta riscos desfavoráveis ao percurso de escolarização de alunos com deficiência intelectual no país.

Oliveira (2009) discutiu quanto à escrita dos alunos surdos, fundamentada em uma língua de sinais - LIBRAS inseridos em classe especial para surdos do Ciclo de Estudos Básicos I em escola regular com professora ouvinte. Os resultados da pesquisa de Oliveira (2009) contribuem para a compreensão sobre o processo de construção da escrita pela criança surda e sobre a relevância da mediação do professor, que deve estar embasada no conhecimento da língua de sinais e na utilização de metodologia apropriada.

Neres (2010) discute sobre as intenções e práticas das instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar. Como objetivo se debruçou a examinar as práticas educacionais que visam proporcionar a inclusão escolar dos alunos com deficiência na escola comum, por meio da análise do Programa de Apoio à Inclusão, desenvolvido por uma instituição especializada. A partir da pesquisa de Neres percebeu-se que a instituição especializada, por força do emergente movimento de inclusão escolar, deflagrou um processo de reorganização de suas práticas, implantando serviços direcionados especificamente à inclusão dos alunos com deficiência no ensino comum. A análise das ações desenvolvidas pela instituição, especificamente do Programa de Apoio à Inclusão, demonstrou que se constituem em uma iniciativa de manutenção dos serviços da instituição.

Santos (2012) realizou uma investigação com o objetivo compreender as configurações assumidas pela atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na Rede Municipal de Educação de Vitória da Conquista (BA), dando ênfase aos 'possíveis efeitos' do processo de implementação das Salas de Recursos Multifuncionais no interior das escolas. A análise da autora, possibilitou a observação de que a existência dessas salas no interior das escolas, apesar de não serem garantia de inclusão

escolar promove movimentos em âmbito geral quanto ao processo de implementação das Salas de Recursos Multifuncionais contribui para a construção da compreensão de que a escola comum e pública é também um espaço das pessoas com deficiência, e específico, pois está diretamente vinculado às práticas.

Corrêa (2012) analisou os indicadores do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (Reme) de Campo Grande, no contexto das atuais políticas educacionais do governo federal, que apresenta o PDE como um plano executivo da educação no país e o PAR, como seu meio de execução. Concluindo que apesar da grande ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais nessa rede, por meio do programa, a abrangência da oferta do AEE aos alunos da educação especial não foi ampliada, na mesma proporção, que a expansão do número dessas salas com o apoio técnico do MEC, levando o poder público municipal a realizar convênios e parcerias com instituições especializadas para o atendimento aos alunos público-alvo da educação especial.

Barbosa (2012) buscou aprofundar os estudos sobre a concepção da diferença na sociedade e suas implicações na inclusão e na exclusão escolar; conhecer as particularidades do equipamento escolar segundo o estatuto do saber pedagógico da modernidade diante dos preceitos da educação inclusiva; levantar os marcos legais, políticos e educacionais da Educação Especial no país e analisar as diferentes concepções dadas à educação especial nas últimas décadas; e verificar se as orientações da atual Política Nacional de Educação Especial em relação ao AEE concorrem para a exequibilidade desse serviço na perspectiva da educação inclusiva.

Madureira (2012) buscou compreender os percursos de mudança dos professores através de uma abordagem biográfica que optam pela educação especial. A autora concluiu que se deve repensar os efeitos das políticas educativas nos processos de socialização dos professores de educação especial e nos respetivos dispositivos de formação especializada e contínua.

Carniel (2013) buscou compreender como as práticas que historicamente regulamentaram a população surda sob a tutela de concepções clínico-terapêuticas puderam se modificar com a emergência de discursos em defesa do potencial político e pedagógico da língua de sinais. O objeto desta investigação se refere ao projeto institucional que pretendeu inseri pessoas surdas em fase de escolarização nas escolas públicas regulares por intermédio da fabricação de uma categoria pedagógica relativamente estável, homogênea e passível de inclusão.

Siems-Marcondes (2013) analisa a trajetória histórica da Educação Especial em Roraima e investiga as primeiras iniciativas de implantação de serviços educacionais destinados às pessoas com deficiência na rede pública de ensino na década de 1970 até a estruturação de um conjunto de escolas e serviços de atendimento especializado em Educação Especial.

Machado (2013) em sua tese buscou conhecer como o Atendimento Educacional Especializado provocou de mudanças nas percepções e atuações dos gestores e professores das escolas municipais de Florianópolis a partir da nova perspectiva e prática da Educação Especial. Como conclusão obteve-se que esse serviço na perspectiva da educação inclusiva, é condição necessária, mas não foi suficiente para as mudanças almejadas nas práticas pedagógicas das escolas da Rede de Ensino analisada.

Ropoli (2014) avalia a contribuição do curso de especialização lato sensu de Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido nos anos 2010/2011, na modalidade à distância, pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), para a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil (2008). Os resultados oferecem contribuições para as instituições educacionais desenvolverem e ofertarem, na modalidade à distância, cursos de formação continuada de professores das redes de ensino municipal e estadual para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Viegas (2014) compreender o processo de reconfiguração das proposições que vinculam a educação especial e a educação regular dos alunos com deficiência, considerando os contextos, os espaços decisórios de uma rede municipal de ensino e o investimento em espaços alternativos – centros de atendimento – como possibilidade de apoio complementar a escolarização. O estudo teve como referencial prioritário a abordagem do ciclo de políticas segundo as proposições de Stephen Ball. Percebeu-se com a pesquisa que a reconfiguração da educação especial na rede municipal de ensino pesquisada se reestruturou com base na obrigatoriedade da dupla matrícula como argumento legal, fato que impulsionou as práticas no sentido de tornar a escolarização dos alunos com deficiência obrigatória nas escolas regulares, nas classes comuns.

Lago (2014) teve por objetivo elaborar, implementar e avaliar um Programa de Atendimento Educacional Especializado - AEE com base no Coensino, para alunos com deficiência intelectual no contexto da sala de aula comum em quatro escolas públicas municipais de dois municípios brasileiros. Os resultados da pesquisa apontam a importância do Coensino para os professores participantes, especificamente na ampliação do conhecimento sobre as formas de atuar na sala de aula comum com alunos com deficiência intelectual ampliação do conhecimento profissional sobre manejo de sala de aula para a professora de educação especial e, em relação aos alunos com deficiência intelectual; verificou-se avanços no aspecto social mudanças no comportamento e, no desenvolvimento acadêmico disposição para participar das atividades de ensino, o que respalda essa estratégia como mais um modelo que poderá ampliar a participação dos alunos com deficiência intelectual no contexto da escola comum, além de prover formação continuada aos profissionais envolvidos.

Lago (2014) constatou que o serviço de apoio baseado no Coensino necessita ser implementado em outras redes de ensino para avaliar a generalização de sua eficácia, para que assim possa influenciar uma política pública de educação que respalde outros modelos de AEE que poderão ser realizados em outros espaços, além da Sala de Recursos Multifuncionais SRM.

Conclusões

O contexto da prática no campo educacional é ativo, na medida em que possibilita a interpretação e reinterpretação das políticas educacionais pelos professores e demais profissionais, afinal o que pensa a comunidade escolar implica diretamente no processo de implementação das políticas.

Apesar da opção pelo recorte de 2008 a 2016, não foi possível encontrar – utilizando os marcadores escolhidos até aqui neste levantamento – estudos no nível de teses de doutoramento nos anos de 2015 e 2016. Por isso, esse levantamento se ampliará com a construção da escrita da tese.

O perfil das pesquisas buscou trajetórias de investigação que se correlacionavam a arena de atuação do desenvolvimento da política e seus eixos estratégicos de atuação.

Os achados demonstram a necessidade nos aprofundamentos do estudo sobre a a *policy cycle approach* e as arenas em que se desenvolve essa pedagogia inclusiva que se demonstra muitas vezes invisível.

Referências

Ball, S.J. & Bowe, R.(1992). Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, London, v. 24, n. 2, p. 97-115.

Ball, S.J. (2007) Education Plc: private sector participation in public sector education. London: Routledge. The education debate. Bristol: Policy Press.

Ball, S.J. (1994). Educational reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press.

Barbosa, Meiriene Cavalcante (2012). Do preferencial ao necessário: o atendimento educacional especializado na escola comum. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas. Faculdade de Educação – FE. Disponível em: http://unicamp.sibi.usp.br/handle/SBURI/6291 Acesso: 16 jul 2017.

Carniel, Fagner. (2013). A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107413 Acesso: 16 jul 2017.

Carvalho, Lia Raquel Pereira de Souza de. (2008). Escolarização inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais: um estudo de caso de um município paulista. 2008. 141 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101983>. Acesso: 16 jul 2017.

Corrêa, Nesdete Mesquita. (2012). Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande – MS: análise dos indicadores. Programa de Pós-graduação em Educação (Campus de Campo Grande).

Lago, Danúsia Cardoso. (2014). Specialized Educational Service for students with intellectual disabilities based on co-teaching in two cities.. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2931 Acesso: 16 jul 2017.

Lima, Solange Rodovalho. (2009). Escolarização da pessoa com deficiência intelectual : terminalidade específica e expectativas familiares. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2858?show=full Acesso: 16 jul 2017.

Machado, Rosangela (2013). O atendimento educacional especializado (AEE) e sua repercussão na mudança das práticas pedagógicas, na perspectiva da educação inclusiva: um estudo sobre as escolas comuns da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas. Disponível em: http://unicamp.sibi.usp.br/handle/SBURI/6156 Acesso: 16 jul 2017.

Madureira, Isabel Pizarro. (2012). Tornar-se professor de educação especial: uma abordagem biográfica. Tese de doutoramento, Educação (Formação de Professores), Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/7316 Acesso: 16 jul 2017.

Neres, C. C. (2010). As instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar: intenções e práticas. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.48.2010.tde-22042010-104213. Disponível em: www.teses.usp.br Acesso: 16 jul 2017.

Oliveira, Thereza Cristina Bastos Costa de (2009). A escrita do aluno surdo: interface entre a libras e a língua portuguesa. 329 f. Teses (Doutorado Programa de Pós-Graduação

em Educação-PPGE). Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11066 Acesso: 16 jul 2017.

Perez, M. A. R. (2008). Educação especial em tempos de inclusão: política educacional e laços sociais. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.48.2008.tde-16062008-163825. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5283 Acesso: 16 jul 2017.

Portal RCAAP. (2017). Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP. FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional. Rede Ciência, tecnologia e Sociedade, RCTS - FCCN. Projeto financiado pelo POS_C - Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e pela UMIC D.

Ropoli, E. A., & Mantoan, M. T. E. (2014). Formação de professores em atendimento educacional especializado (AEE): Aspectos políticos, tecnológicos e metodológicos de um curso de formação de professores na modalidade a distância. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254106 Acesso: 16 jul 2017.

Santos, Kátia Silva. (2012). A política de educação especial, a perspectiva inclusiva e a centralidade das salas de recursos multifuncionais: a tessitura na rede municipal de educação de Vitória da Conquista (BA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/69920 Acesso: 16 jul 2017.

Siems-Marcondes, Maria Edith Romano. (2013). Educação especial em Roraima: história, política e memória. 2013. 359 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2910 Acesso: 16 jul 2017.

Sousa, Sônia Bertoni. (2008). Inclusão e aprendizagem do aluno com deficiência mental: expectativas dos professores.. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2850 Acesso: 16 jul 2017.

Viegas, Luciane Torezan. (2014). A reconfiguração da educação especial e os espaços de atendimento educacional especializado: análise da constituição de um centro de atendimento em Cachoeirinha/RS. Tese(Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/94752 Acesso: 16 jul 2017.